

III Encontro da ANPPAS
23 a 26 de maio de 2006
Brasília - DF

O Processo de Turistificação da Pedra Da Mina

Mário Lúcio Ribeiro Sapucahy
Instituto de Geociências - Universidade Estadual de Campinas

Resumo

Encravada na Serra da Mantiqueira, a Pedra da Mina, ápice de um maciço rochoso, vem motivando um processo de produção de um novo destino turístico que, a exemplo de outros tantos, já anuncia os primeiros sintomas de uma exploração sem planejamento sujeita a impactos que poderão, a médio prazo, descaracterizá-lo e comprometer a própria atividade turística. Os caminhos trilhados pelos grupos atuantes no processo de produção do espaço turístico da Pedra da Mina em busca de uma regulação técnica e normativa que oriente e viabilize a exploração do turismo na área apresenta estreita sintonia com as formas hodiernas de organização da sociedade civil, ou seja, comprometida com um novo tripé entre sociedade organizada, empresas e estado. A análise do processo de produção do espaço turístico da Pedra da Mina visa contribuir com uma reflexão a respeito das possibilidades abertas com a criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPNs - como estratégia conservacionista e de ação empresarial.

Plano de Manejo, um sistema técnico na transformação do Espaço Natural em Espaço Geográfico

A relação entre sociedade e natureza segue, segundo SANTOS (1997), um padrão de substituição de um meio natural por um artificial em diferentes graus de densidade e distintos arranjos, num processo em que a sofisticação e o aumento da eficiência da técnica são características básicas do nosso meio técnico-científico-informacional. Dada a sua capacidade de dispersão geográfica, os atuais sistemas técnicos invadem espaços rurais e naturais, criando “um verdadeiro tecnocosmo, uma situação em que a natureza natural, onde ela ainda existe, tende a recuar, às vezes brutalmente”(SANTOS, 1997).

Os problemas ambientais e sociais causados pelos impactos da universalização da técnica degradam e desencantam os lugares e, com isso, motivam a formação e o fortalecimento da cultura ambientalista que, comprometida em formular caminhos que possam harmonizar o desenvolvimento econômico e social com o respeito aos processos naturais, cunhou o conceito do “Desenvolvimento Sustentável”. O processo histórico de formação dessa cultura ambiental não é exatamente recente; datam da década de 60 os principais movimentos que determinaram uma expansão global das idéias e conceitos a ela associados. Ainda que o desenvolvimento sustentável, tal como é concebido, ou seja, o desenvolvimento que garanta a qualidade de vida das presentes e futuras gerações, seja utópico no contexto do modelo capitalista financeiro de desenvolvimento, reinante na maior parte do mundo, esse conceito não deve, de forma alguma, ser desprezado e, muito pelo contrário, constitui-se em valiosa ferramenta de estímulo ao seu aprimoramento conceitual e técnico na busca de soluções para os principais desafios enfrentados pela humanidade.

O avanço do meio técnico sobre os espaços naturais, a degradação crescente do ambiente e o ritmo de vida da sociedade moderna trouxeram a necessidade da preservação de áreas naturais para o usufruto público de forma democrática; surgiram, assim, os primeiros parques nacionais. De fato, várias experiências preservacionistas precederam nossos atuais parques naturais. Na antiguidade, os assírios já reservavam áreas de preservação natural; na Idade Média, reis mantinham áreas de caça, com pena de morte aos caçadores que se aventurassem sem a prévia permissão real; no Peru pré-colombiano, os incas impunham limites à caça por períodos específicos, para proteger certas espécies animais. Esses exemplos mostram como a idéia de resguardar áreas naturais não é uma concepção moderna; no entanto, a iniciativa de preservá-las para usufruto público é uma instituição do estado moderno (GUEDES, 1994). A primeira iniciativa de criação de um Parque Nacional, tal qual o conhecemos hoje em dia, data de 1872, quando o governo americano criou o Parque Nacional de Yellowstone com o objetivo de preservar a beleza paisagística transformada em “monumento nacional”. Por essa mesma

época, na Inglaterra, foi instituída a reserva da natureza, uma unidade de conservação privada instituída com o objetivo de preservar espécies vegetais específicas. No entanto, esse modelo inglês de preservação privada não teve a mesma repercussão e sucesso do que o adotado nos Estados Unidos.

Inicialmente os parques nacionais se espalharam pelo mundo, notadamente nas décadas de 20 e 30 (séc. XX); estagnaram seu crescimento em função da Segunda Guerra Mundial, retomando seu crescimento na década de 50, e entre anos 70 e 80 dobraram o número do que havia em 1969. Seguiu-se a esse crescimento uma transformação do conceito de parque, fazendo surgir diversos tipos e categorias de unidades de conservação (MORSELLO, 2001).

No Brasil, o primeiro Parque Nacional foi criado na Serra de Itatiaia, em 1937. Atualmente, as unidades de conservação - UC - são regidas pela lei 9985, de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC-, que agrupou as UCs em dois tipos: as de Proteção Integral, cujo objetivo básico é preservar a natureza, permitindo apenas uso indireto - “aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais” - e as de Uso Sustentável, que têm por objetivo “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais”. Diferentes categorias criadas e manejadas com objetivos específicos estão agrupadas de acordo com suas funções. Dentre as de Proteção Integral estão as seguintes UCs: Estação Biológica, Reserva Biológica, Parque Nacional e Monumento Nacional; Dentre as de Uso Sustentável: Área de Preservação Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Ainda que as unidades de conservação sejam espaços de preservação do ecossistema e protegidas da expansão agropecuária ou urbano-industrial, isso não implica que tais áreas não se constituam em espaços geográficos, pois sobre elas convergem relações sociais, ordenamento, racionalidade e funcionalidade que se refletem no seu planejamento; como assinala ISNARD (1982), ao afirmar que “ao contrário do ecossistema que resulta ... de interações biológicas, o espaço geográfico nasce da iniciativa humana e exprime o projeto próprio de cada sociedade”, e complementa que “o homem subtrai o espaço aos ecossistemas, trata-o na sua dinâmica, orientado pela cultura, organiza-o, transformando-o em espaço geográfico”. O ecossistema valorizado e incluído na dinâmica social exige um planejamento, ou seja, um prévio estudo de suas possibilidades e de seus limites de ação, o que se consolida a partir do Plano de Manejo, que se constitui num sistema técnico de procedimentos baseados no conceito de “Desenvolvimento Sustentável”.

O Plano de Manejo apóia-se no estudo do geossistema, para sua elaboração. Esse estudo de geossistema procura a compreensão do sistema ambiental físico mediante as relações de

interdependência dos seus elementos, incluindo a intersecção com o sistema sócio-econômico. O objetivo do Plano de Manejo é determinar os melhores procedimentos para a manutenção dos ciclos que garantem a homeostase desse ambiente, buscando a harmonia entre os processos naturais e a ação humana. Constitui-se na peça central dentro de uma proposta de desenvolvimento sustentável; trata-se de um sistema técnico único e específico para cada área, posto que elaborado segundo as características próprias de cada ambiente. Reflete tanto a união entre técnica e ciência do meio técnico-científico-informacional, como a evolução da cultura ambientalista, que propõe uma ação no meio com rígido respeito às complexas relações interdependentes dos elementos constituintes do sistema natural.

Nas discussões em andamento no processo de produção do espaço turístico da Pedra da Mina, o tema central tem sido a necessidade da elaboração de um plano de manejo da área como forma de controlar o impacto ambiental negativo e possibilitar a sustentabilidade do sistema e da atividade turística. Essa discussão inclui a adoção de uma categoria de unidade de conservação, que, de acordo com seus objetivos, irá fornecer elementos essenciais para o seu manejo. É a discussão da forma que enseja uma escolha normativa.

A participação da Sociedade Civil Organizada na gestão ambiental

Nos últimos 20 anos têm se consolidado, em grande parte do mundo, as políticas neoliberais, em que o Estado assume novas fronteiras no seu relacionamento com o mercado e com a sociedade, possibilitando às empresas e à sociedade civil organizada ocuparem espaços antes restritos ao Estado. As peculiares situações econômicas vivida pelos governos, nesses anos, foi de fundamental importância para a expansão mundial do neoliberalismo. Assim como os projetos de privatização ofereceram a oportunidade de empresas de atuarem em setores de ação governamental, também a sociedade civil encontrou formas de preencher o vácuo deixado pelo Estado, ocupando importantes espaços políticos, sendo que nas questões ambientais as Organizações Não Governamentais - ONGs - têm encontrado campo fértil para sua ação, desenvolvimento e expansão.

BECKER(1997) assinala que as ONGs surgiram no Brasil como uma resposta ao autoritarismo do Estado, mas que hoje isso não é suficiente para explicar a multiplicação e expansão dessas entidades, fato que se deve muito mais à versatilidade, eficiência e agilidade de ação em áreas em que a ação governamental se mostra ineficiente, ou extremamente lenta, assim como por oportunidades abertas pela legislação, que, de várias formas, facilita e valoriza a participação política de comunidades por mecanismos de representatividade.

As ONGs constituíram o caminho encontrado pelos grupos atuantes no processo de turistificação da Pedra da Mina, e a parceria estabelecida com Ongs de grande porte e ação he-

gemônica tem contribuído para alterar o equilíbrio de forças políticas internas nesse processo. Para avançar mais nesse assunto, é necessário um relato histórico desse processo na Pedra da Mina.

A divulgação e a turistificação da Pedra da Mina

A Pedra da Mina é o cume da Serra Fina, ou Serra de Queluz (Ruellan apud AB'SABER, 1958:130), nomes usados para designar uma porção da Serra da Mantiqueira a leste do Estado de São Paulo, delimitada pelas gargantas do Embaú e do Registro; na mesma linha de cumeada em que se situa a Pedra da Mina, encontra-se também o ponto de confluência entre os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro - o Pico dos Três Estados (2689 m); esse trecho de Serra está localizado entre os municípios de Queluz e Lavrinhas, no Estado de São Paulo, Passa Quatro, Itanhandu e Itamonte, no Estado de Minas Gerais, e Resende, no Estado do Rio de Janeiro. A serra é formada por um maciço de rochas cristalinas alcalinas, de escarpas abruptas, com amplos afloramentos rochosos e áreas de campos de altitude e florestas úmidas, compondo um mosaico de singular beleza. Para se atingir essas escarpas, é necessário, antes, vencer as matas do sopé da serra, que ainda guarnecem os maiores picos. Na sua face paulista as vertentes estão sob influência direta das massas úmidas vindas do Atlântico, o que determina a formação de uma floresta bastante densa, comparativamente mais exuberante do que a vertente do planalto mineiro; tais características presentes em ambas as vertentes - escarpas íngremes e densa mataria - contribuíram de forma eficaz para o isolamento desse trecho de serra, que contrasta com a área vizinha da Serra de Itatiaia, transformada em Parque Nacional em 1937, que, dispondo de vias de acesso em grande número, é área muito visitada e intensamente estudada.

Atualmente, as terras altas da Serra Fina estão sob a proteção da lei 91304, de junho de 1985, que instituiu a Área de Proteção Ambiental da Serra da Mantiqueira, que protege as áreas acima de 1800 metros de altitude, com o objetivo de “garantir a conservação do conjunto paisagístico e da cultura regional, proteger e preservar parte de uma das maiores cadeias montanhosas do sudeste brasileiro; a flora endêmica e andina; os remanescentes dos bosques de araucárias; a continuidade da cobertura vegetal do espigão central e das manchas de vegetação primitiva e a vida selvagem, principalmente as espécies ameaçadas de extinção”. Com uma área de 422.873 ha, localizada nos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, e abrangendo 25 municípios destes Estados, nesses quase 20 anos passados, desde sua criação, a APA da Mantiqueira continuou sendo degradada, sendo que muito pouco tem sido feito para efetivar os objetivos que motivaram sua criação; sua fragmentação tem se dado num processo constante, comprometendo a manutenção da diversidade genética das espécies, muitas delas em risco de extinção.

Na Serra Fina, ou Serra de Queluz, ocorrem picos de grande altitude, que ultrapassam os 2000 metros; quatro trilhas dão acesso à sua cumeeira. Mesmo para montanhistas experientes, nenhuma das trilhas é considerada fácil. O usual é que se gastem 2 dias para se atingir o seu cume e outros dois para o retorno; o pernoite é em acampamento selvagem e poucos são os locais onde se encontra água nessas trilhas. Não constitui, portanto, uma aventura indicada àqueles que não tenham um bom preparo físico, ou alguma experiência com acampamentos, recomendando-se não tentar percorrer a trilha desacompanhado de guia. Beck (1999), montanhista experiente, inicia com estas palavras seu relato da travessia:

“Quando cruzei a Serra Fina pela primeira vez no carnaval de 1984, entrei pela crista errada (a Serra dos Ivos), atravessei montanhas desconhecidas e bambuzais sem trilha, levando seis dias para emergir, com a roupa em frangalhos e eu próprio em péssimo estado, num final de estrada que me devolveu às amenidades da civilização. Eu estava sozinho, é verdade, mas mesmo em grupo, a Serra Fina não é travessia para principiantes, ou para excursionistas com escassa experiência. A travessia da Serra Fina é uma caminhada selvagem e árdua, uma boa preparação para qualquer daquelas trilhas de montanha fora do país - Cordilheira Blanca ou Patagônia, p. ex.”

Outro importante testemunho da dificuldade da trilha é dado pelo engenheiro Edmundo Cecílio, coordenador do Projeto Pontos Culminantes, desenvolvido pelo Instituto Militar de Engenharia -IME- e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE- com o objetivo de realizar a medição dos principais picos brasileiros. Cecílio escalou a Serra Fina em maio de 2004, numa expedição militar, tendo declarado: “A expedição à Serra Fina era, na verdade, preparativo para a expedição aos picos da Neblina e 31 de Março. Pois bem... acreditem... tirando um calorzinho a mais na parte inicial, a Amazônia foi bem mais fácil do que a Serra Fina! Diga-se de passagem, nem conseguimos completar a Serra Fina.”

Essa dificuldade de acesso manteve, de certa forma, “intocada” a Serra Fina, mas fatos recentes começaram a atrair a atenção, especialmente de montanhistas, para essa porção da Mantiqueira e, apesar dessas características, e, até mesmo em virtude delas, a Serra Fina vem recebendo uma visitação crescente, atraindo o interesse de “ecologistas” e empresários com objetivos de exploração e preservação/conservação desse ambiente. Na figura 1 apresentam-se cartas de localização da Serra Fina e Pedra da Mina.

O processo de turistificação, ou de produção do espaço turístico da Pedra da Mina, teve início em julho de 1999, com uma matéria publicada no jornal “O Estado de São Paulo”, que trazia a notícia de que o Secretário de Turismo da prefeitura de Queluz/SP estava empenhado em conseguir que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - reconhecesse a Pedra da Mina como a montanha mais alta da Serra da Mantiqueira e do Estado de São Paulo. A

intenção era o reconhecimento da cota 2796 metros, registrada na carta do Instituto Geográfico e Cartográfico - IGC - (Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo), em vez dos 2777 metros apontados na carta produzida pelo IBGE. Essa “correção” da altitude era uma oportunidade de inscrever a cidade no circuito turístico das cidades históricas do Vale do Paraíba e região serrana da Mantiqueira e, assim, atrair investimentos e a conseqüente dinamização da economia local.

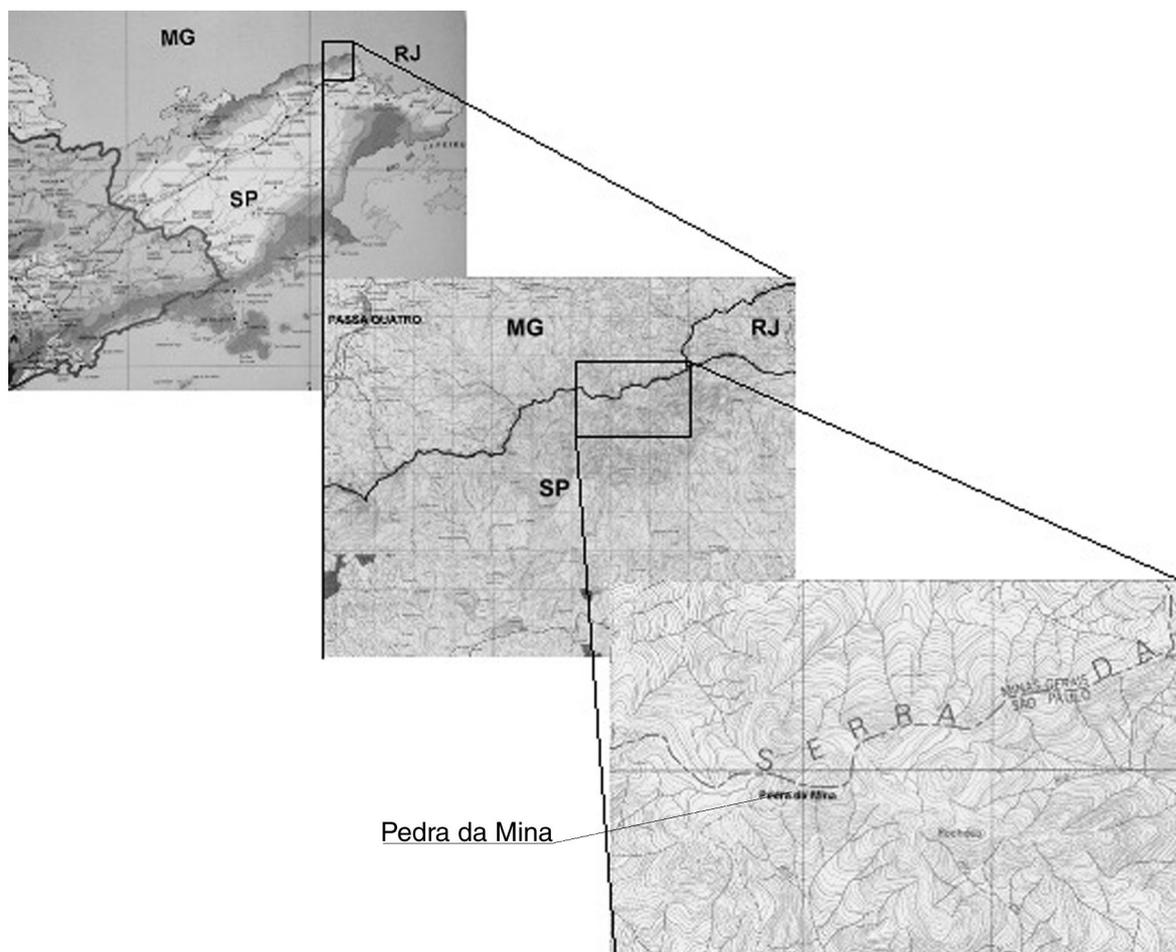


Figura 1: Esquema de localização da Pedra da Mina.

Em resposta a esse apelo da prefeitura de Queluz, Lorenzo Bagini, estudante de Geografia, utilizando tecnologia de Sistema de Geoposicionamento Global, equipamentos e orientação do Laboratório de Topografia e Geodésia da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, realizou o trabalho de medição de altitude da Pedra da Mina, divulgando os resultados em abril de 2000: 2797 metros, mais precisamente 2796,8 metros, foram os números finais apresentados, o que confirmava a cota registrada na carta 1:10.000 do IGC. Esses números garantiam à Pedra da Mina a primeira posição entre os picos da Serra da Mantiqueira e do Estado de São Paulo, e a quarta posição entre as maiores altitudes brasileiras, colocando-a à frente do Pico das Agulhas Negras. Ainda que esses números não tenham sido reconhecidos pelo IBGE,

pois a cota oficialmente reconhecida é de 2798 m., resultado obtido na medição realizada pelo Projeto Pontos Culminantes coordenado por Edmundo Cecílio, a ampla divulgação da medição realizada no ano de 2000 atingiu os objetivos esperados: o foco de atenção voltou-se para a Serra Fina, como pretendia a prefeitura de Queluz. Surgia daí uma novidade de interesse montanhista e ecoturística: a Pedra da Mina saía do seu ostracismo e penetrava no circuito dos destinos selvagens dos montanhistas, com possibilidades crescentes de ser incorporado como destino turístico a um público maior.

O fato recebeu a atenção dos jornais e de mídias especializadas em montanhismo e turismo de aventura, e teve seu grande momento quando foi objeto de matéria veiculada em programa dominical de grande audiência da televisão brasileira. Essa ampla exposição, como era de se esperar, determinou um grande aumento do fluxo de montanhistas ao pico. Dados coletados por Bagini e apresentados no 3º Forum Pró-Serra Fina, sobre a visita ao cume durante os feriados de Corpus Christi, mostram que a visita subiu de 16 pessoas, em 1998, para 144, em 2002.

Os impactos dessa intensa visita já são sensíveis na área, com as trilhas sofrendo um processo de ampliação em vários pontos, com derivações num padrão dendrítico, a partir do leito principal; o volume de lixo tem aumentado na trilha e nas áreas de acampamento, e há projetos de novas trilhas em andamento.

Sensíveis a essa degradação, os grupos atuantes nesse processo de turistificação têm defendido a necessidade da elaboração de um plano de manejo da área, discussão que se reflete também na opção por distintas categorias de unidades de conservação.

Três grupos têm atuado no processo de organização do espaço turístico da Pedra da Mina: o grupo de Queluz, os proprietários da Serra Fina e os montanhistas de São Paulo.

O grupo de Queluz é representado pela Sociedade Amigos da Pedra da Mina - SOAPE-DRÁ, liderada pelo ex-Secretário de Turismo da prefeitura, que, tendo deixado a Secretaria no final do mandato, organizou a entidade em torno da proposta de criação do parque estadual para a região da Pedra da Mina, tendo como objetivos a conservação da área, a geração de empregos e a inserção do município num circuito ecoturístico. Esse projeto de criação de parque estadual foi encaminhado à Assembléia Legislativa; no entanto, o deputado que o representava arquivou o projeto de lei argumentando alto custo e que as alternativas de criação de reservas particulares e a decretação da área como Área de Proteção Ambiental Estadual seriam de menor custo e poderiam trazer maiores e melhores benefícios dentro dos objetivos de conservação. Ao que tudo indica, essa proposta foi abandonada pela SOAPEDRA, uma vez que em seu cadastro no Programa Estadual de Apoio às ONG's - PROAONG - da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo consta como sendo objetivo da entidade a "promoção, conscientização, di-

vulgação e incentivo à preservação dos recursos hídricos, bem como da fauna e da flora da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul”, sem nenhuma menção específica à Serra Fina. A atuação desse grupo na questão da Pedra da Mina tem sido menor a cada ano. Atualmente a entidade se dedica a um projeto de identificação e mapeamento de nascentes no município de Queluz.

O segundo grupo atuante é o dos proprietários de terras na Serra Fina, que estão em processo de criação da Associação dos Proprietários da Serra Fina, entidade que está sendo organizada com o objetivo de se conseguir o reconhecimento de toda a área da Serra Fina, acima da cota 1800 metros, como Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN - uma unidade de conservação em que o proprietário não perde sua titularidade sobre o imóvel e grava, em caráter perpétuo, a conservação da diversidade biológica; nela os usos admitidos são a pesquisa científica e a visitação de caráter turístico e educacional. A proposta é de criação de uma RPPN em cada propriedade, constituindo dessa forma uma rede de RPPNs e, com isso, garantir força política e institucional na gestão dessas unidades de conservação. Como a legislação impede atividades com potencial de degradação nas áreas preservadas, os proprietários planejam instalar, em área externa ao perímetro da área preservada, projetos turísticos com pousadas, restaurantes, áreas de camping, banhos de cachoeiras, área de recreação e trilhas de menor nível de dificuldade, não limitando a operação turística à trilha para o cume da Mantiqueira, que, no entender deles, é uma atividade extremamente seletiva, gerando fluxo de turistas insuficiente para o sucesso dos empreendimentos propostos. A Associação dos Proprietários conta com o apoio da Aliança para Conservação da Mata Atlântica, que é um programa de incentivo às RPPNs com recursos oriundos do “Critical Ecosystem Partnership Fund” - Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos - sendo este último fruto de uma aliança entre Conservation International, Fundo Mundial para o Meio Ambiente, Banco Mundial, Fundação MacArthur e o governo japonês, contando também com a participação do Banco Bradesco. Segundo o coordenador da Associação dos Proprietários, ela conta com a adesão de todos os proprietários, de forma que a rede de RPPNs cobriria toda a área da Serra Fina, uma iniciativa inédita no Brasil.

O terceiro grupo, dos montanhistas de São Paulo, é liderado por Lorenzo Bagini, que organizou a formação da Comissão Pró-Serra Fina, criada com o objetivo de atuar pela “conservação do patrimônio natural e o desenvolvimento social da região”, comissão que foi o núcleo inicial da Associação Pró-Serra Fina, entidade organizada com os seguintes objetivos:

- a) trabalhar em defesa da conservação dos ambientes naturais e seus ecossistemas associados na Serra Fina e entorno;
- b) estimular a gestão democrática e participativa dos recursos naturais e cênicos da Serra Fina e entorno;
- c) incentivar a ordenação, controle e o desenvolvimento sustentado do turismo local e

regional;

d) promover a integração de ações e aproximação de objetivos entre proprietários de terras, guias, empresas de turismo de natureza, poder público, montanhistas e pesquisadores, visando ao benefício comum e a utilização racional dos recursos naturais e cênicos da Serra Fina;

e) trabalhar para o desenvolvimento social da região através da educação ambiental e capacitação de indivíduos e grupos ligados à conservação da natureza, desenvolvimento sustentado e turismo;

f) promover e incentivar projetos e ações voltados ao desenvolvimento social, proteção e conservação do meio ambiente e pesquisa científica e cultural;

g) sensibilizar as pessoas quanto a importância de uma postura responsável e comprometida com a preservação do meio ambiente;

h) monitorar as alterações e impactos ambientais e sociais resultantes do crescimento do turismo e do processo de apropriação dos espaços naturais;

i) estimular o aperfeiçoamento e o cumprimento de legislação que instrumentalize a consecução dos presentes objetivos.

Esse grupo, formado inicialmente por alunos da USP e membros de clubes montanhistas da Capital, conta também com a participação de cidadãos da região serrana, especialmente de pessoas diretamente ligadas à exploração do turismo, como guias e proprietários de pousadas do município de Passa Quatro. A intenção inicial desse grupo, de lutar pela criação de um Parque Nacional na área, foi abandonada, diante da possibilidade de gestão por intermédio da iniciativa privada, considerada por eles como um caminho mais rápido e eficiente na sua conservação. Este é, sem dúvida, o maior e mais articulado dos três grupos. A Associação Pró-Serra Fina, que se originou da Comissão Pró-Serra Fina, foi fundada em 3 de abril de 2004 e conta com 20 membros.

Das discussões que são travadas dentro desse processo de organização do espaço turístico da Pedra da Mina, o ecoturismo parece ser consenso entre as partes. Nenhum dos grupos envolvidos defende a idéia de fechar a área e mantê-la como um santuário, uma unidade de conservação de proteção integral do tipo estação ecológica ou reserva biológica, onde a visitação só é possível com objetivo educacional. A opção pelo ecoturismo, ou turismo em áreas naturais, traz inevitavelmente o desafio de conciliar a atividade com a manutenção do patrimônio natural, o que introduz na discussão o conceito de desenvolvimento sustentável, termo largamente utilizado pelos grupos atuantes. Sem uma avaliação crítica das reais possibilidades de desenvolvimento sustentável dentro do atual modelo de desenvolvimento brasileiro e mundial, Christofolletti (1999:160) afirma que “para que as políticas de desenvolvimento sustentável possam ser

adequadamente propostas e executadas, necessitam obrigatoriamente absorver o conhecimento e delinear suas demandas para outros sistemas, e a categoria dos sistemas ambientais físicos (geossistemas) expressa-se como essencial para as atividades sócio-econômicas” .

Mas é realmente possível que a atividade turística se desenvolva de forma sustentável? Considerando-a como uma prática social que envolve inúmeras atividades produtivas, serviços e produtos, e que tais atividades estão inseridas dentro do mesmo modelo de desenvolvimento econômico, é natural e lógico que o turismo, enquanto atividade econômica, seja, ele também, concentrador de renda e excludente, assim como as indústrias e serviços participantes são poluidoras e consumidoras de recursos não renováveis; a própria atividade turística é, invariavelmente, alienante para o turista e impactante para o ambiente, e não será, por certo, o discurso do guia, a vivência em ambiente natural, ou quaisquer medidas “ecologicamente corretas” que inverterão a lógica do desenvolvimento, ou que garantirão ao turismo o direito de ser considerado isoladamente como atividade sustentável (CRUZ, 2000; LEMOS, 1998).

Ainda que se considere a impossibilidade de o turismo desenvolver-se de forma sustentável dentro do contexto sócio-econômico reinante, é perfeitamente possível entender “desenvolvimento sustentável” como um caminho ou uma tendência favorável à sustentabilidade ecológica e econômica que, mesmo longe de ser atingida, remete à idéia de uma atividade que busca desenvolver-se munida do maior número possível de técnicas e procedimentos ditos “sustentáveis”, “ecológicos”, “verdes”, “limpos” ou qualquer outro adjetivo que o valha. Assim posto, considera-se que mesmo não havendo reais possibilidades de uma política de “desenvolvimento sustentável”, *stricto sensu*, dentro de uma escala local ou mesmo regional, isso não invalida os esforços em se buscar a gradual construção de alternativas de menor impacto ambiental e socialmente menos excludentes.

O que realmente se faz necessário nesse momento inicial da turistificação da Pedra da Mina é a elaboração de um plano de manejo da área que dê suporte às operações turísticas e ao monitoramento dos impactos decorrentes. A perspectiva da elaboração de um plano de manejo está diretamente relacionada à criação das RPPN's na área, solicitação feita pelos proprietários que aguardam o moroso trâmite dos processos de reconhecimento junto ao órgão competente, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. De acordo com a lei 9985, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, o plano de manejo é uma exigência para a operação de qualquer atividade dentro de uma unidade de conservação. A lei define esse plano de manejo como um “documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas fiscais necessárias à gestão da unidade”. Para sua melhor

eficiência, ele deverá considerar a complexidade e o dinamismo da paisagem, incorporando métodos de monitoramento contínuo, de forma a avaliar as propostas técnicas e metodológicas adotadas.

Antecede à elaboração do plano de manejo o estudo do sistema ambiental físico, sinônimo de geossistema para Christofolletti (1999), que os conceitua como “a organização espacial resultante da interação dos elementos componentes físicos da natureza (clima, topografia, rochas, águas, vegetação, animais, solos), possuindo expressão espacial na superfície terrestre e representando uma organização (sistema) composta por elementos, funcionando através de fluxos de energia e matéria, dominante numa interação areal”. Para outros autores, geossistema inclui a ação antrópica na dinâmica desse sistema (Bertrand e Monteiro apud CHRISTOFOLETTI, 1999:42,43).

Conclusão

A preocupação em preservar o belo cenário natural e a possibilidade de lucros na exploração turística desse mesmo cenário inseriram esse trecho da Serra da Mantiqueira num novo contexto na região. Desde a divulgação da altitude da Pedra da Mina, vislumbrou-se a possibilidade de um novo ciclo econômico regional, assim como identificou-se a necessidade de preservação da área. O interesse pelo ambiente natural qualifica e valoriza esse espaço atraindo interesses que podem ser vistos como opostos ou como complementares. Essa inserção da área nos planos social e econômico, no caso da Pedra da Mina, dá-se de forma a revelar formas hodiernas do arranjo social brasileiro, em que se identifica com clareza a preocupação pela preservação, a atuação a partir de organizações não governamentais e a associação dessas ONGs em redes, buscando o estabelecimento de políticas de preservação e exploração econômica que são estabelecidas dentro de um consenso comunitário. Estado, sociedade civil organizada e empresas participam solidariamente desse projeto turístico. A RPPN, como um instrumento neoliberal de política ambiental, apresenta-se como a alternativa capaz de atingir a dupla meta de conservar o ambiente natural, inserindo-o no contexto econômico-social. Seguindo as metas de um desenvolvimento sustentável, o Estado exige o Plano de Manejo para essa proposta de dupla mão; exerce seu poder de regulação abrindo amplas possibilidades de atuação na escolha dos critérios e métodos desse Plano de Manejo. Recursos governamentais e privados disponíveis para a gestão dessas unidades de conservação condicionam sua liberação a partir da mediação de ONGs, seguindo uma tendência global de ampliar a participação comunitária, a eficiência gerencial e a democratização da gestão dos interesses difusos. Dessa forma, a organização por meio de ONGs, e a atuação, por meio de redes solidárias, configura-se como a estratégia natural de atuação dos proprietários/empresários, que, ao se alinharem com

as ONGs de ação hegemônica, buscam incorporar habilitação técnica e viabilidade financeira para execução do Plano de Manejo.

A possibilidade de exploração e preservação da Serra Fina mediante de uma rede de RPPNs constitui, provavelmente, o fato de maior relevância dentro desse processo de construção do espaço turístico da Pedra da Mina, pois rompe uma tendência de fragmentação de áreas, muito comum em iniciativas privadas de preservação.

Referências Bibliográficas

- AB'SABER, Aziz Nacib; BERNARDES, Nilo. **Vale do Paraíba, Serra da Mantiqueira e Arredores de São Paulo**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia. 1958. 303 p.
- BECK, Sérgio. **Caminhos da Aventura**. São Paulo: Edição do autor, 1999. 237 p.
- BECKER, Berta K. Tendências de transformação do território no Brasil. Vetores e Circuitos. **Território**, Rio de Janeiro, v.1, nº 2, p. 5 -17, jan./jun. 1997.
- CHRISTOFOLETTI, Antonio. **Modelagem de Sistemas Ambientais**. São Paulo: Edgard Blücher. 1999. 236 p.
- CRUZ, Rita de Cássia Ariza. **Turismo, Território e o Mito do Desenvolvimento Espaço e Geografia**. Brasília, vol 3, nº 1, p. 19 - 26, jun. 2000.
- DIEGUES, Antonio Carlos. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: NUPAUB – Universidade de São Paulo, 1994.168p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS RENOVÁVEIS. **Área de Proteção Ambiental da Serra da Mantiqueira/MG**. Apresenta descrição da Área de Proteção Ambiental da Serra da Mantiqueira. Disponível em: HYPERLINK “<http://www2.ibama.gov.br/unidades/apas/reuc/5010.htm>” . Acesso em:13 jan 2004.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS RENOVÁVEIS (b). **Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPNs**. Caracterização das Reservas Particulares do Patrimônio Natural, legislação e vantagens para o proprietário. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br> . Acesso em: 13 jan 2004.
- ISNARD, Hildebert. **O Espaço Geográfico**. Trad. João Vítor G. da Silva. Coimbra: Almedina. 1982. 257p.
- LEMONS, Leandro Antônio de. **Os sete mitos do Turismo: a busca de alguns conceitos fundamentais**. In: Gastal. S. (org) Turismo: 9 propostas para um saber fazer. Edição dos autores. p. 65-78. 1998.
- MORSELLO, Carla. **Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2001. 343 p.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Hucitec. 1997. 308 p.